

Sarney negocia dívida estadual com políticos

JULIO ALCANTARA

CESAR FONSECA

O presidente Sarney conseguiu, ontem, reabrir as negociações com a Comissão Mista de Orçamento em relação ao pagamento da dívida externa dos Estados com aval do Governo Federal. Ele reuniu-se com 20 parlamentares — três senadores e 17 deputados — integrantes da Comissão, fez novo apelo em favor de uma mudança em relação ao assunto e convenceu alguns da necessidade de os Estados pagarem mais do que está previsto no relatório do senador Almir Gabriel (PMDB/PA).

Segundo a proposta do relator Almir Gabriel, os Estados pagariam somente a dívida a vencer no próximo ano, no total de Cr\$ 68 bilhões, contra a exigência inicial do Governo, de pagamento de 25 por cento do total da dívida vencida e a vencer, no próximo ano, correspondendo a um total de Cr\$ 550 bilhões. Sarney e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, argumentaram que a proposta do relator aumentará o déficit público, contribuirá para elevar a inflação e inviabilizar o pacto social.

REUNIÃO

Depois de duas horas de reunião, das 11 às 13 horas, no Palácio da Alvorada, o presidente e o ministro conseguiram flexibilizar a posição de alguns membros da comissão. O deputado Max Rosenmann (PMDB/PR), por exemplo, destacou que, pela proposta de Almir Gabriel, realmente, os Estados pagariam muito pouco. Ele concordou com o argumento de João Batista de Abreu, de que pela nova reforma tributária os governos estaduais terão mais recursos, como, também, pela recente decisão do Governo de antecipar para 7 dias o paga-

mento dos impostos pelas empresas.

Antes, as empresas recolhiam os impostos 30 dias depois do fato gerador. Desde o mês passado, o Governo alterou as regras e impôs a exigência de que, além dos 7 dias previstos para o pagamento, haverá aetenização da cobrança dos tributos. Os Estados serão beneficiados pela medida, que pode corresponder, segundo o ministro do Planejamento, a um acréscimo de 10 por cento da receita, aproximadamente.

Max Rosenmann considera razoável que os Estados paguem um pouco mais. Propôs o pagamento de 10 por cento da dívida, que corresponderia a Cr\$ 68 bilhões. Os Cr\$ 68 bilhões fixados pelo relator, disse, representam somente três por cento total da dívida. Votar essa proposta, ressaltou, significaria um aval do Congresso ao aumento do déficit. O deputado Israel Pinheiro Filho concordou com Rosenmann quanto à necessidade de os Estados desembolsarem mais recursos. Fixou ele uma quantia variável de Cr\$ 130 bilhões a Cr\$ 160 bilhões, ou seja, quase Cr\$ 100 bilhões a mais do que a proposta do relator.

CRÍTICAS

Surgiram críticas ao relator. Max Rosenmann disse que Almir Gabriel fez o seu relatório sem consultar os 60 integrantes da Comissão Mista de Orçamento. Segundo ele, erraram Gabriel e, igualmente, os governadores. Estes, disse, ainda não estavam entendendo que não adianta ir diretamente discutir o assunto com o Palácio do Planalto, pois, constitucionalmente, serão os integrantes da Comissão do Orçamento a dar a palavra final.

Outra alternativa foi admitida pelo presidente José Sarney para a negociação da dívida dos Estados. O presidente concordou com a ideia de se dar aos estados o mesmo tratamento que os credores internacionais deram ao Governo para o pagamento da sua dívida externa. Atualmente, disse, o Governo está pagando os juros da dívida, enquanto o principal foi rolado por mais 20 anos. Seria razoável, também, que fosse rolada a dívida dos estados por período semelhante, mas que os juros fossem pagos. Os governadores querem, ao contrário, disse Max Rosenmann, pagar somente os juros da dívida a vencer e rolar integralmente os juros do principal devido. Isso, concordou, não é razoável.

INJUSTIÇA

João Batista de Abreu condenou, ainda, o relatório de Almir Gabriel, que cortou verbas destinadas ao Serpro para apresentar o esquema de arrecadação tributária por computadores. Como combater o déficit através do esforço maior de arrecadação, perguntou, se a comissão cortou verbas destinadas a tal fim? Ele lembrou que, se aprovado o relatório de Almir Gabriel, a Comissão estará sancionando uma injustiça, na medida em que punirá os Estados mais pobres em favor dos Estados mais ricos.

Do total de 11,7 bilhões de dólares da dívida externa dos Estados com aval da União, disse, 5,1 bilhões de dólares são de responsabilidade de São Paulo, 1,7 bilhão do Rio de Janeiro e 1,1 bilhão do Rio Grande do Sul. Permitir que esses três Estados paguem somente a dívida a vencer no próximo ano e role todo o principal implicará, automaticamente, menos recursos para os próprios Estados.